

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO – CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação aplicada ao Setor Público	01 a 10
Auditoria Governamental e Controle Interno	11 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Os dias chuvosos podem ser alegres.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva consiste na elaboração de ato próprio de auditor ou parecer técnico, versando sobre auditoria governamental e controle interno e conhecimentos específicos, e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 01 a 10

QUESTÃO 01

Segundo o art. 37, da Constituição Federal de 1988, funções de confiança e cargos em comissão têm características específicas quanto ao preenchimento. Considerando o texto constitucional, funções de confiança são exercidas por

- (A) servidores lotados em cargos em comissão, livres de exoneração, e que se destinam a atribuições técnico-científicas.
- (B) servidores efetivos, acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (C) servidores temporários, desde que posteriormente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) servidores efetivos ou comissionados, nos percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 02

A ética no serviço público envolve valores e padrões que orientam a atuação do agente estatal. De acordo com fundamentos da ética administrativa, a conduta ética

- (A) limita-se ao cumprimento formal da lei.
- (B) envolve integridade, respeito e responsabilidade.
- (C) pode ser ajustada conforme oportunidade e conveniência.
- (D) é definida pelos servidores do órgão, mudando ao longo do tempo.

QUESTÃO 03

Um servidor comete irregularidade funcional que ocasiona prejuízo ao erário. Nesse caso, considerando os regimes de responsabilização,

- (A) a condenação penal impede responsabilizações civil e administrativa.
- (B) a absolvição administrativa impede responsabilização na esfera penal.
- (C) as responsabilidades administrativas, civil e penal são independentes entre si e podem ser cumuladas.
- (D) as responsabilizações administrativa e civil dependem do trânsito em julgado da ação penal.

QUESTÃO 04

Um administrado punido busca revisão da sanção aplicada, alegando ilegalidade. Nesse caso, ele tem a faculdade de questionar tal fato em sede de controle administrativo, que poderá

- (A) substituir o controle judicial no controle de constitucionalidade e legalidade.
- (B) negar a reavaliação da questão, em razão da vedação da autotutela.
- (C) anular atos ilegais, desde que assegure o contraditório e ampla defesa.
- (D) reavaliar o mérito administrativo em fase recursal, sem motivação.

QUESTÃO 05

Leia o caso a seguir.

Durante a análise de um procedimento de contratação, unidades internas do órgão verificam impropriedades formais e adotam medidas para seu saneamento, enquanto o tribunal de contas, ao examinar o mesmo processo, aplica critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.

Nesse caso, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o controle envolve

- (A) atuação preventiva, composta por agentes das linhas de defesa e órgãos de controle, que devem aplicar critérios objetivos, imparciais e elaborar relatórios tecnicamente fundamentados durante a fiscalização.
- (B) medidas iniciais de prevenção e controle, tomadas pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, com acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, a saber, a primeira linha de defesa.
- (C) atividades de assessoramento jurídico para verificar atos da primeira linha, com foco em regularidade documental e acesso aos atos publicizados no processo, configurando-as como sendo a segunda linha de defesa.
- (D) constatação de impropriedade formal, com remessa imediata ao Ministério Público de cópias dos documentos cabíveis para apuração dos ilícitos de sua competência, independentemente de risco ou dano ao interesse público.

QUESTÃO 06

Em Senador Canedo, ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no terceiro ano do mandato, o preenchimento ocorrerá

- (A) por eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até noventa dias após a primeira vaga.
- (B) por assunção definitiva do Presidente da Câmara, que é o sucessor legítimo do cargo.
- (C) por eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até trinta dias após a abertura da última vaga.
- (D) por eleição realizada pela Câmara Municipal em até trinta dias após a abertura da última vaga.

QUESTÃO 07

A Lei nº 1.488/2010 descreve as formas pelas quais um cargo público municipal pode ser preenchido. São formas de provimento de cargo público, nos termos do estatuto, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e

- (A) a recondução.
- (B) a remoção.
- (C) a exoneração.
- (D) o remanejamento.

QUESTÃO 08

Servidor responsável pelo serviço de informações recusou, sem fundamento legal, o fornecimento de dado público e ainda retardou deliberadamente a resposta. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, essa conduta

- (A) configura irregularidade meramente formal, resolvida com orientação administrativa, salvo se gerar consequências se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (B) acarreta obrigação de responder ao pedido em prazo posterior, cabendo responsabilização somente se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (C) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa e até mesmo ato de improbidade.
- (D) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa, civil e penal, por ser prática de favorecimento pessoal.

QUESTÃO 09

O Tribunal de Contas exerce função relevante na fiscalização da administração pública. Uma de suas competências constitucionais é

- (A) aprovar previamente todas as leis orçamentárias da União.
- (B) determinar abertura de crédito suplementar em favor de órgãos federais.
- (C) emitir parecer conclusivo sobre projetos de lei ordinária.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

QUESTÃO 10

Instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos. Tal instrumento é denominado de

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) diretriz orçamentária.
- (D) demonstrativo de metas fiscais.

RASCUNHO

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO

Questões de 11 a 30

QUESTÃO 11

Nos termos da Constituição Federal de 1988, as disposições relativas ao dever de execução das programações orçamentárias, às hipóteses de impedimento técnico e ao anexo de agregados fiscais na lei de diretrizes orçamentárias

- (A) abrangem todos os orçamentos previstos na lei orçamentária anual, incluindo o de investimentos das estatais.
- (B) aplicam-se exclusivamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.
- (C) estendem-se a planos e programas nacionais, regionais e setoriais, desde que compatíveis com o plano plurianual.
- (D) vinculam os orçamentos da União quanto os dos Estados e Municípios, em razão do princípio orçamentário da unidade.

QUESTÃO 12

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de

- (A) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois anteriores.
- (B) parecer técnico do Tribunal de Contas competente e comprovação de que o benefício está previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) autorização legislativa específica e demonstração de que será compensada por redução de despesa discricionária.
- (D) comprovação de que não afetará as metas fiscais ou de que será compensada por aumento de receita.

QUESTÃO 13

Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. Esse dispositivo consagra o princípio da

- (A) neutralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) regressividade.
- (D) progressividade.

QUESTÃO 14

Após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público deverão

- (A) promover a limitação de empenho e movimentação financeira, observando os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, sem atingir despesas que constituam obrigações constitucionais e legais.
- (B) determinar a suspensão parcial das despesas discricionárias, incluindo aquelas vinculadas a obrigações constitucionais, até a recomposição da receita prevista.
- (C) autorizar o cancelamento das dotações orçamentárias destinadas ao serviço da dívida ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias, priorizando a manutenção das despesas de caráter continuado.
- (D) submeter ao Poder Executivo proposta de reestimativa de receita, para que este proceda à limitação de empenho mediante aprovação legislativa.

QUESTÃO 15

O Relatório de Gestão Fiscal deve ser publicado pelos Poderes e pelo Ministério Público ao final de cada quadrimestre. Esse relatório tem por finalidade dar transparência à execução orçamentária e conter informações sobre

- (A) a evolução da receita corrente líquida, os demonstrativos de renúncia de receita e os resultados primário e nominal.
- (B) a execução dos programas governamentais, os indicadores de desempenho setorial e a memória de cálculo das metas fiscais.
- (C) os limites de despesa com pessoal, a dívida consolidada e mobiliária, as operações de crédito, as concessões de garantia e a inscrição em Restos a Pagar.
- (D) os demonstrativos da arrecadação tributária, os incentivos fiscais concedidos e a evolução patrimonial dos entes federativos.

QUESTÃO 16

No último quadrimestre de seu mandato, um prefeito ordena a contratação de serviços que geram despesa superior à disponibilidade de caixa existente, sabendo que parte da obrigação não poderá ser paga no mesmo exercício financeiro. Nesse caso, a conduta do agente público

- (A) configura infração administrativa, sujeita a multa de até 20% dos vencimentos anuais, aplicada pelo Tribunal de Contas.
- (B) caracteriza ato de improbidade administrativa, punido com suspensão de direitos políticos.
- (C) corresponde à ilícito político-administrativo, sujeito a processo de responsabilidade perante a Câmara Municipal.
- (D) constitui crime contra as finanças públicas, punido com reclusão de um a quatro anos.

QUESTÃO 17

Na NBC TA Estrutura Conceitual, o trabalho de asseguaração é caracterizado pela obtenção de evidências apropriadas e suficientes para aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto. O resultado da mensuração ou avaliação do objeto corresponde

- (A) ao relatório emitido pelo auditor independente após a execução dos procedimentos.
- (B) à informação obtida pela aplicação dos critérios ao objeto.
- (C) às evidências coletadas durante o processo de avaliação do objeto.
- (D) à conclusão sobre a adequação dos critérios utilizados na mensuração.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os créditos da Fazenda Pública, lançados mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem dívida ativa a partir da data de sua inscrição. Considera-se dívida ativa não tributária o crédito proveniente de

- (A) obrigações legais relativas a tributos e respectivos adicionais e multas, inscritas após o vencimento e apuradas quanto à sua liquidez.
- (B) receitas patrimoniais previstas na lei orçamentária anual, desde que não arrecadadas no exercício e inscritas como dívida ativa até o encerramento do exercício seguinte.
- (C) empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei e multas de qualquer origem não tributária.
- (D) operações de crédito contratadas com instituições financeiras, cujo pagamento esteja vinculado a recursos de capital e não tenha sido quitado no exercício de origem.

QUESTÃO 19

A evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Quando a evidência de auditoria utilizada tiver sido elaborada com base no trabalho de um especialista da administração, o auditor deve

- (A) avaliar a competência, as habilidades e a objetividade do especialista, obter entendimento do trabalho realizado e julgar a adequação desse trabalho como evidência.
- (B) aceitar o trabalho do especialista, desde que o relatório esteja assinado e acompanhado de documentação técnica.
- (C) considerar a reputação profissional do especialista, independentemente da análise da metodologia empregada ou da relevância das conclusões apresentadas.
- (D) verificar se o especialista possui registro ativo em conselho profissional, bem como sua atuação em trabalhos anteriores.

QUESTÃO 20

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as decisões do Tribunal de Contas da União que resultem em imputação de débito ou aplicação de multa

- (A) têm natureza opinativa, servindo como subsídio para o controle externo parlamentar.
- (B) possuem eficácia de título executivo, permitindo a cobrança judicial imediata do valor devido.
- (C) exigem manifestação do Poder Executivo para que sejam consideradas plenamente exequíveis.
- (D) dependem de homologação pelo Congresso Nacional para que possam produzir efeitos jurídicos.

QUESTÃO 21

O risco nos trabalhos de asseguarção é tratado de forma distinta conforme o nível de segurana a ser obtido. No trabalho de asseguarção limitada, o auditor deve reduzir o risco para um nível que seja aceitável nas circunstâncias, mas ainda superior ao de asseguarção razoável. Nesse caso, a conclusão do auditor deve

- (A) transmitir se, com base nos procedimentos realizados e evidências obtidas, algum assunto chegou ao seu conhecimento de forma a levá-lo a acreditar que a informação do objeto está relevantemente distorcida.
- (B) declarar se, em conformidade com os critérios aplicáveis e considerando os resultados obtidos no processo de mensuração e avaliação, o objeto examinado está livre de distorções relevantes.
- (C) afirmar se, levando em conta os mecanismos de supervisão e monitoramento existentes, os controles internos da entidade demonstraram eficácia suficiente para prevenir e corrigir distorções relevantes na informação do objeto.
- (D) certificar se, em consonância com os critérios estabelecidos e evidências disponíveis, o nível de risco foi reduzido a patamar equivalente à segurana plena sobre a informação do objeto mensurado.

QUESTÃO 22

Ao definir os testes de auditoria para obtenção de evidência, o auditor deve selecionar os itens a serem testados de modo a

- (A) assegurar que todos os registros contábeis da entidade sejam testados adequadamente, com metodologia apropriada.
- (B) priorizar os itens de maior valor monetário, dispensando a análise de transações de menor relevância.
- (C) contemplar documentos originais emitidos pela entidade, desconsiderando os registros eletrônicos em virtude de sua menor confiabilidade.
- (D) garantir que a seleção seja eficaz para cumprir os objetivos do procedimento, podendo incluir o exame de todos os itens de uma população.

QUESTÃO 23

O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada. Quando o auditor identifica uma distorção em amostra de testes de detalhes e considera que se trata de uma anomalia, ele deve

- (A) excluir a distorção da projeção para a população, independentemente de sua representatividade.
- (B) projetar a distorção para a população, avaliando criticamente o resultado dos testes em decorrência do conhecimento prévio acerca da anomalia.
- (C) estabelecer nível razoável de confiança, mediante procedimentos estatísticos alternativos, que lhe permita concluir suficientemente quanto à população.
- (D) obter alto grau de certeza de que a distorção não é representativa da população, mediante execução de procedimentos adicionais de auditoria.

QUESTÃO 24

O déficit público representa o desequilíbrio entre receitas e despesas, sendo que sua cobertura deve observar regras específicas de responsabilidade fiscal. Quando verificado déficit na execução orçamentária, o Poder Executivo deve

- (A) cobri-lo a partir das fontes de recursos autorizadas e indicadas previamente na Lei de Orçamento.
- (B) compensá-lo por meio da inscrição de restos a pagar não processados, desde que haja saldo suficiente em créditos pluriennais.
- (C) absorvê-lo pelo superávit do orçamento corrente, que constitui item da receita orçamentária.
- (D) neutralizá-lo por meio de renúncia de despesa fixada, desde que acompanhada de medidas compensação.

QUESTÃO 25

O Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o setor público (IA-CM) organiza a evolução da atividade de auditoria em níveis de maturidade. O Nível 5 – Otimizado caracteriza-se por

- (A) práticas e procedimentos de auditoria interna sustentáveis e estruturados.
- (B) compartimentalização das informações disponíveis para a auditoria interna.
- (C) aprendizagem e melhoria contínua da auditoria interna.
- (D) aplicação focalizada das práticas de gestão e auditoria interna.

QUESTÃO 26

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões. O relatório da Auditoria Interna deve ser

- (A) enviado prioritariamente aos órgãos externos de controle, como forma de assegurar a imparcialidade da auditoria.
- (B) publicado nos sítios eletrônicos oficiais ou em outros meios de ampla divulgação gratuita, a fim de atender às exigências de transparência.
- (C) encaminhado a quem tenha solicitado o trabalho, devendo ser preservada a confidencialidade do seu conteúdo.
- (D) aprovado pela administração da entidade, antes de sua remessa ao órgão competente responsável pela governança.

QUESTÃO 27

O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Durante a etapa de planejamento, o auditor deve

- (A) estabelecer a estratégia global de auditoria, com definição do alcance, época e direção da auditoria, sendo defeso ao auditor efetuar quaisquer alterações.
- (B) considerar a discussão de aspectos da auditoria com a administração da entidade, a fim de facilitar a condução dos trabalhos.
- (C) desenvolver o plano de auditoria, incluindo o envolvimento de especialistas, uma vez que não compete ao auditor se imiscuir em questões de ordem técnica.
- (D) emitir opinião prévia acerca dos trabalhos a serem desenvolvidos, como forma de assegurar que não ocorram ruídos na comunicação junto à administração.

QUESTÃO 28

Determinadas condutas e ajustes celebrados pelos entes federativos são equiparados às operações de crédito. Configura equiparação à operação de crédito:

- (A) a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.
- (B) a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo Estado, Distrito Federal ou Município.
- (C) os parcelamentos de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras que não aumentem o montante da dívida consolidada líquida.
- (D) o uso de instrumentos de derivativos financeiros.

QUESTÃO 29

No modelo das Três Linhas de Defesa, a responsabilidade da gestão em atingir os objetivos organizacionais é distribuída entre papéis de primeira e segunda linha. Os papéis da segunda linha caracterizam-se por

- (A) liderar e dirigir ações operacionais, aplicando recursos diretamente na entrega de produtos e serviços aos clientes.
- (B) fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos.
- (C) prestar avaliação independente e objetiva sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.
- (D) assumir a prestação de contas perante os stakeholders pela supervisão organizacional e definição do apetite a riscos.

QUESTÃO 30

Com base no que estabelece a Constituição Federal de 1988, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao verificar ilegalidade em ato administrativo, pode assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Se não atendido, cabe ao TCU

- (A) encaminhar representação ao Poder Executivo para decidir sobre a penalidade a ser aplicada em até noventa dias.
- (B) aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário, com prévia comunicação ao Congresso Nacional.
- (C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) declarar a revogação do ato administrativo, com eficácia imediata de seus efeitos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

QUESTÃO 31

Leia o caso a seguir.

Em uma prefeitura, o setor de comunicação institucional lançou uma campanha publicitária sobre os resultados alcançados na área da saúde. Na peça divulgada nas redes sociais oficiais, apareciam expressões como “A gestão do prefeito X está transformando nossa cidade” e “Com o prefeito X, a saúde avança como nunca”, além de fotos do próprio prefeito em eventos.

Ao analisar o caso, os critérios de avaliação próprios do Controle Interno apontaram violação ao princípio constitucional da

- (A) autopromoção.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.

QUESTÃO 32

Diante de dificuldades financeiras, um município decidiu contratar uma operação de crédito no valor de R\$ 80 milhões. Do total contratado, R\$ 20 milhões seriam destinados a obras de infraestrutura, enquanto os R\$ 60 milhões restantes seriam utilizados para pagamento de despesas correntes, tais como folha de pessoal, energia elétrica e serviços administrativos. A operação não foi precedida de autorização legislativa específica por maioria absoluta. A arrecadação do município no referido período foi de R\$ 70 milhões. No parecer técnico, o Controle Interno alertou que a contratação configuraria violação à chamada “Regra de Ouro”, pois

- (A) a operação de crédito contratada excede o montante das despesas de capital e não possui autorização legislativa por maioria absoluta com finalidade precisa.
- (B) o empréstimo destinado ao pagamento de despesas correntes viola a lógica da Regra de Ouro, uma vez que operações de crédito não devem financiar gastos de curto prazo.
- (C) a Regra de Ouro proíbe operações de crédito superiores ao valor da arrecadação anual, ainda que destinadas a investimento.
- (D) o município somente pode realizar operações de crédito após liquidar totalmente suas despesas correntes do exercício.

QUESTÃO 33

O Balanço Patrimonial de uma empresa apresentava, em 31/12/2023, o seguinte grupo de contas relativas a um equipamento industrial:

Conta	Valor (R\$)
Custo de aquisição	900.000,00
(-) Depreciação acumulada	(250.000,00)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(150.000,00)
(=) Valor contábil	500.000,00

Em 01/01/2024, a entidade revisou a vida útil remanescente do equipamento para 4 anos, estimando um valor residual de R\$ 20.000. O método de depreciação é o das cotas constantes. Ao final de 2024, para fins de elaboração das demonstrações contábeis, foram apurados os seguintes valores para teste de recuperabilidade:

- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 540.000
- Valor em uso: R\$ 550.000

Com base nas normas contábeis aplicáveis, qual foi o valor da reversão adotado pela empresa em 31/12/2024?

- (A) 75.000,00.
- (B) 90.500,00.
- (C) 112.500,00.
- (D) 150.000,00.

QUESTÃO 34

Uma entidade iniciou o período com ativos líquidos de R\$ 500.000,00. Ao final do período, seus ativos líquidos totalizaram R\$ 580.000,00. Durante o ano, os sócios integralizaram R\$ 20.000,00 em dinheiro e a empresa distribuiu R\$ 10.000,00 em dividendos e juros sobre capital próprio. No ano, a inflação medida pelo índice geral de preços no período foi de 6%. Ressalta-se, ainda, que parte do aumento dos ativos líquidos decorre da valorização de um imóvel, que passou de R\$ 200.000,00 para R\$ 230.000,00. Com base na Estrutura Conceitual, qual é o lucro apurado, considerando o conceito de manutenção de capital financeiro, em unidades monetárias nominais?

- (A) 60.000,00.
- (B) 70.000,00.
- (C) 80.000,00.
- (D) 90.000,00.

QUESTÃO 35

Um órgão público adquiriu materiais de consumo no valor de R\$ 12.000,00, para pagamento em 30 dias, cujo consumo será imediato. No momento do recebimento dos materiais, o setor de contabilidade realizou o registro do fato contábil, seguindo o regime de competência. Considerando o plano de contas, a natureza das contas e o método das partidas dobradas, qual foi o lançamento contábil realizado pelo departamento contábil?

- (A) Débito em Despesa com Material de Consumo (conta de resultado – devedora)
Crédito em Caixa (conta patrimonial – credora).
- (B) Débito em Almojarifado/Material de Consumo (conta patrimonial – devedora)
Crédito em Fornecedores (conta patrimonial – credora).
- (C) Débito em Despesa com Material de Consumo (conta de resultado – devedora)
Crédito em Fornecedores (conta patrimonial – credora).
- (D) Débito em Almojarifado/Material de Consumo (conta patrimonial – devedora)
Crédito em Caixa (conta patrimonial – credora).

QUESTÃO 36

Durante uma auditoria, o Controle Interno solicitou ao setor contábil o livro que contém todas as operações registradas em ordem cronológica, sem ainda apresentar a classificação das contas. O servidor responsável entregou um relatório sintético com saldos agrupados por contas, afirmando que o documento atendia ao pedido. Considerando a função e a obrigatoriedade dos livros utilizados na escrituração contábil, qual livro o auditor esperava receber inicialmente?

- (A) Livro razão.
- (B) Livro caixa.
- (C) Balancete de verificação.
- (D) Livro diário.

QUESTÃO 37

Uma entidade apresentou os seguintes eventos ao longo do exercício, extraídos de sua Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL):

Ajuste de Avaliação Patrimonial (positivo): R\$ 25.000,00.
A empresa no período anterior não lançou despesas no valor de R\$ 20.000,00.
Aumento de capital por incorporação de reservas: R\$ 60.000,00.
Os sócios deliberaram pela integralização de capital social em R\$ 100.000,00 a ser realizado no ano seguinte.
Constituição de reserva legal: R\$ 7.500,00.
Distribuição de dividendos: R\$ 40.000,00.
Lucro líquido do exercício: R\$ 150.000,00.
Reclassificação da Reserva Estatutária para Reserva de Retenção de Lucros: R\$ 30.000,00.
Saldo inicial do Patrimônio Líquido: R\$ 1.000.000,00.

Considerando os efeitos no total do Patrimônio Líquido, qual será o saldo final do PL ao término do exercício?

- (A) R\$ 1.115.000.
- (B) R\$ 1.135.000.
- (C) R\$ 1.137.500.
- (D) R\$ 1.237.500.

QUESTÃO 38

Uma empresa comercial apresentou os seguintes fluxos de caixa no período:

Dividendos pagos aos acionistas: R\$ 12.000,00
Dividendos recebidos: R\$ 10.000,00
Juros pagos: R\$ 18.000,00
Juros recebidos: R\$ 6.000,00
Juros sobre capital próprio (JCP) recebidos: R\$ 4.000,00

A entidade opta pela classificação alternativa, justificando essa escolha em suas notas explicativas. Com base apenas nas informações apresentadas e no CPC 03, qual é o valor dos fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento, respectivamente?

- (A) 16.000,00; -16.000,00 e 18.000,00.
- (B) 18.000,00; -16.000,00 e 16.000,00.
- (C) -16.000,00; 16.000,00 e -18.000,00.
- (D) -18.000,00; 16.000,00 e -16.000,00.

QUESTÃO 39

Leia os dados propostos no quadro a seguir.

A empresa Y apresentou, no exercício, os seguintes valores:	
Aluguéis de máquinas pagas a terceiros	50.000,00
Benefícios (auxílio saúde, alimentação)	42.000,00
Depreciação	85.000,00
Devoluções de venda	40.000,00
Dividendos recebidos	45.000,00
Encargos sociais	95.000,00
Energia elétrica	70.000,00
Ganho na venda de ativo imobilizado	30.000,00
Honorários jurídicos de terceiros	28.000,00
Impostos e contribuições sobre vendas	160.000,00
Matérias-primas	480.000,00
Multas e penalidades	11.000,00
Perda por impairment	18.000,00
Provisão para contingências	25.000,00
Receita Bruta	2.000.000,00
Receitas financeiras	22.000,00
Royalties pagos a terceiros	62.000,00
Salários	310.000,00
Serviços de manutenção contratados	55.000,00

Diante do exposto no exercício, qual deve ser o valor adicionado líquido a distribuir?

- (A) 1.278.000,00.
 (B) 1.263.000,00.
 (C) 1.103.000,00.
 (D) 1.041.000,00.

QUESTÃO 40

A Prefeitura da cidade X anunciou quatro licitações distintas, todas divulgadas na mesma semana, a saber:

<p>Licitação 1 Objeto: aquisição de computadores Critério de julgamento: menor preço Prazo fixado no edital: 7 dias úteis</p>
<p>Licitação 2 Objeto: obra especial de engenharia para reforma estrutural Regime de execução: contratação semi-integrada Critério de julgamento: menor preço Prazo fixado no edital: 30 dias úteis</p>
<p>Licitação 3 Objeto: seleção de projeto artístico-cultural Critério de julgamento: conteúdo artístico Prazo fixado no edital: 35 dias úteis</p>
<p>Licitação 4 Objeto: serviços comuns de limpeza predial Critério: menor preço Prazo do edital: 10 dias úteis</p>

De acordo com o art. 55 da Lei 14.133/2021, atende o quesito de prazos mínimos legais a seguinte licitação:

- (A) Licitação 1.
 (B) Licitação 2.
 (C) Licitação 3.
 (D) Licitação 4.

QUESTÃO 41

Considere que a empresa Y tenha um passivo circulante de R\$ 10.000,00. O ativo não circulante representa 60% do ativo total. A liquidez corrente é de 2,00. A composição do endividamento é de 0,50. O endividamento total é de 0,40. Com base nessas informações, determine o valor do patrimônio líquido é de

- (A) 30.000,00.
 (B) 20.000,00.
 (C) 15.000,00.
 (D) 10.000,00.

QUESTÃO 42

Durante a análise do Relatório de Gestão Fiscal do município S, o controlador interno verificou que o Poder Executivo gastou R\$ 27 milhões com despesa total de pessoal no último período. No mesmo relatório, constatou-se que a Receita Corrente Líquida (RCL) do Executivo foi de R\$ 50 milhões. Para avaliar se o limite legal foi respeitado, o controlador deve considerar que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo da despesa total com pessoal do Poder Executivo municipal deve corresponder a

- (A) 48%.
 (B) 51,3%.
 (C) 54%.
 (D) 60%.

QUESTÃO 43

O Município de Senador Canedo está elaborando sua Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. Para fins hipotéticos, considere que a Receita Corrente Líquida (RCL) estimada para o período é de R\$ 420 milhões. De acordo com o art. 27, da Lei ordinária nº 2.954/2025, a LOA deverá conter uma reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais, reforço de dotações e emendas parlamentares, observando percentual mínimo obrigatório sobre a RCL. Com base nisso, o valor mínimo que deve ser destinado à reserva de contingência é de

- (A) 5.040.000,00.
- (B) 6.300.000,00.
- (C) 7.500.000,00.
- (D) 8.400.000,00.

QUESTÃO 44

De acordo com o art. 41, parágrafo único, da Lei Ordinária 2.954/2025 de Senador Canedo, em até quantos dias a unidade de contabilidade deve comunicar ao Poder Legislativo e ao Sistema de Controle Interno a ocorrência de falhas relacionadas à execução orçamentária e financeira?

- (A) 30 dias úteis.
- (B) 30 dias corridos.
- (C) 10 dias úteis.
- (D) 10 dias corridos.

QUESTÃO 45

Uma sociedade empresária teve deferido o processamento de sua recuperação judicial e requereu o parcelamento de seu débito consolidado perante a Fazenda Nacional, no valor de R\$ 1.200.000,00, nos termos do art. 10-B da Lei nº 10.522/2002. De acordo com esse artigo, as primeiras prestações desse parcelamento são calculadas como percentuais mínimos aplicados sobre o valor total da dívida consolidada, devendo ser observados percentuais distintos para o primeiro grupo de parcelas. Conforme a legislação específica, qual será o valor mínimo da 1ª parcela?

- (A) 6.000,00.
- (B) 18.000,00.
- (C) 36.000,00.
- (D) 72.000,00.

QUESTÃO 46

De acordo com o art. 12 da Lei nº 2.832/2024, o prazo para que os órgãos e as unidades respondam às demandas encaminhadas pela Ouvidoria é de:

- (A) 10 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 dias corridos, com ciência da Ouvidoria.
- (B) 10 dias úteis, prorrogáveis por mais 10 dias úteis, mediante justificativa expressa.
- (C) 15 dias úteis, sem possibilidade de prorrogação, salvo em caso de diligência.
- (D) 15 dias úteis, prorrogáveis por mais 5 dias, com justificativa.

QUESTÃO 47

Durante a análise de um contrato de execução de obra pública, o auditor interno identificou que os pagamentos estavam sendo realizados sem a comprovação de que os boletins de medição haviam sido assinados tanto pelo fiscal do município quanto pelo profissional habilitado da empresa contratada, como exige a legislação técnica. Com base nos arts. 14 a 18, essa verificação específica - referente à regularidade dos pagamentos das obras com base em boletins de medição devidamente atestados - é de responsabilidade da

- (A) Diretoria de Execução Orçamentária, Contábil e Financeira.
- (B) Diretoria de Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres.
- (C) Diretoria de Atos de Pessoal.
- (D) Diretoria de Bens Patrimoniais.

QUESTÃO 48

Durante a análise da execução orçamentária de um município, o auditor interno verificou que determinada despesa havia sido empenhada integralmente, mas apenas parte dela foi efetivamente entregue e conferida, restando o saldo a ser prestado pelo fornecedor nos meses seguintes. Segundo a Lei nº 4.320/1964, a etapa que corresponde ao reconhecimento contábil do recebimento do bem ou serviço, atestando que a obrigação é exigível é denominada de

- (A) Empenho.
- (B) Requisição.
- (C) Pagamento.
- (D) Liquidação.

QUESTÃO 49

Considere as seguintes operações ocorridas em uma entidade em um determinado período.

Aquisição de equipamentos por R\$ 50.000,00, com pagamento de R\$ 20.000,00 à vista e o restante a prazo.
Recebimento de doação em dinheiro, no valor de R\$ 10.000,00.
Pagamento de uma despesa de aluguel no valor de R\$ 5.000,00.
Recebimento de duplicatas que têm saldo contábil de R\$ 18.000,00, mas devido ao atraso do fornecedor, houve juros de R\$ 1.000,00.
Contratação de empréstimo bancário no valor de R\$ 30.000,00, sendo pago em 15 mensalidades de 2.500,00.
Pagamento de fornecedores, no valor de R\$ 12.000,00, sendo que quando a empresa realizou a compra, o valor a vista seria de R\$ 11.000,00.
Proposta de integralização de capital social de R\$ 2.000,00.
Distribuição de dividendos de R\$ 400,00 (pagamento será no período seguinte).

Considerando a equação patrimonial e as variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas, qual será o efeito líquido no Patrimônio Líquido após o registro de todas as operações?

- (A) 6.600,00.
- (B) 4.600,00.
- (C) 4.000,00.
- (D) 3.600,00.

QUESTÃO 50

Uma empresa, ao migrar para as Normas Brasileiras de Contabilidade, decidiu aplicar o procedimento do custo atribuído (deemed cost) para mensurar seu ativo imobilizado na data de transição. Após laudo de avaliação independente, verificou-se que uma máquina anteriormente registrada pelo valor contábil de R\$ 150.000,00 apresentou valor atribuído de R\$ 220.000,00. Considerando a aplicação dos pronunciamentos do CPC na adoção inicial, a diferença positiva de R\$ 70.000,00 entre o custo atribuído e o valor contábil deve ser registrada, em contrapartida, como:

- (A) Receita de reavaliação registrada diretamente no resultado.
- (B) Reserva de Lucros, por se tratar de ganho patrimonial.
- (C) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- (D) Receita Diferida a ser apropriada pelo prazo de vida útil do ativo.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o caso a seguir.

Durante auditoria ordinária realizada no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município X, o Controle Interno identificou diversas inconsistências relacionadas à execução orçamentária, financeira e contratual. Constatou-se que parte significativa das despesas do programa “Apoio às Famílias em Situação de Vulnerabilidade” foi paga sem a devida etapa de liquidação, com notas fiscais sem comprovação da entrega de bens e relatórios de prestação de serviços incompletos. Também foi verificada fragilidade nos controles internos, uma vez que a unidade não mantém registros adequados de recebimento de materiais, não possui controle efetivo das metas físicas do programa e não monitora os indicadores pactuados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Adicionalmente, observou-se a reincidência de irregularidades já apontadas pelo Tribunal de Contas em exercícios anteriores, sem que houvesse um plano de ação para a correção das falhas. A equipe de auditoria identificou, ainda, divergências entre as informações constantes no SIAF e os documentos físicos, o que gerou dúvidas quanto à fidedignidade dos registros contábeis e à transparência na execução da política pública.

Com base nas informações apresentadas no caso, elabore um parecer técnico, em até 30 linhas, analisando os achados identificados e discutindo aspectos de auditoria governamental, controle interno e demais conhecimentos específicos aplicáveis. Seu texto deve contemplar: (i) o conceito e a finalidade da auditoria governamental; (ii) os fundamentos e a importância do sistema de controle interno; (iii) a análise crítica das falhas observadas e seus impactos para a gestão pública; e (iv) as recomendações e medidas corretivas necessárias ao saneamento das irregularidades e ao aprimoramento do controle interno.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30